

dossiê dossiê dossiê dossiê doss

Orçamentário

Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Paraná // Santa Catarina // Rio de Janeiro // São Paulo // Espírito Santo // Paraná // Santa Catarina // Rio de Janeiro // São Paulo // Esp

A MORTE VESTE **FARDA**

Foto: Sílvia Izquierdo

BRASIL
LUK 6E 48



DMIRACIAL.COM
@DMIRACIAL

REDE
ABOLICIONISTA



NÃO É OPERAÇÃO POLICIAL
É MASSACRE!



FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Iniciativa Direito à Memória e
Justiça Racial - IDMJR

COORDENAÇÃO

Fransérgio Goulart e
Giselle Florentino

PRODUÇÃO DE DADOS

Giselle Florentino
Fransérgio Goulart

DIAGRAMAÇÃO

Giselle Florentino

FOTO DA CAPA

Silvia Izquierdo

Foto: Ricardo Stuckert

Avenida Erasmo Braga, 277, Centro/RJ
CEP: 20020-000
Idioma Original Português

Publicado originalmente em 2026 pela Iniciativa
Direito à Memória e Justiça Racial

Todos os direitos reservados. Esta publicação
possui direitos autorais, mas pode ser
reproduzida livremente por quaisquer meios, para
fins educacionais, de militância e de campanhas,
não podendo ser comercializado.

Para saber mais da IDMJR: <https://dmjracial.com/>

índice

APRESENTAÇÃO 5

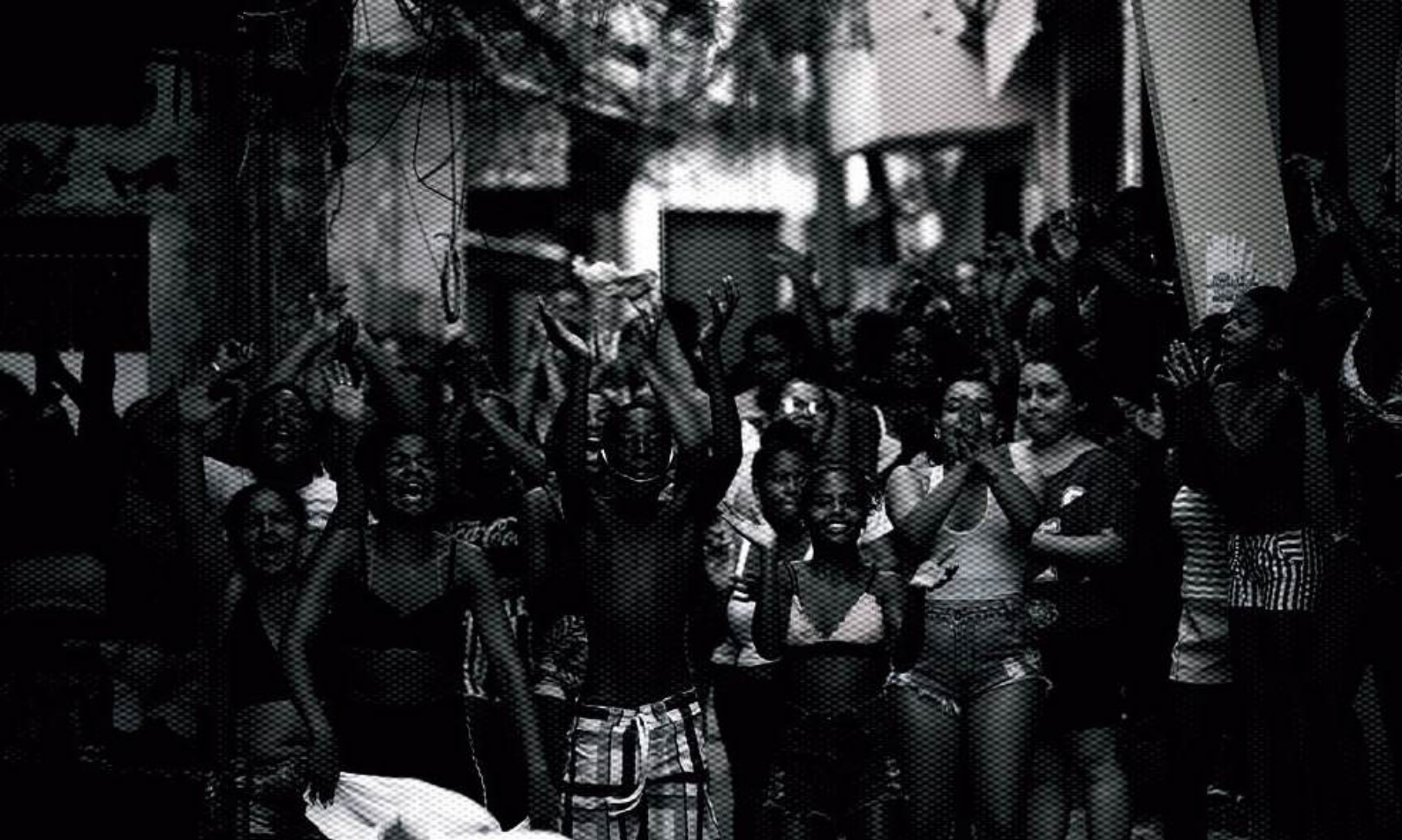
PERFIL LEGISLATIVO 7

PRODUÇÃO LEGISLATIVA:
USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 18

ORÇAMENTO PÚBLICO 21

INCIDÊNCIA POLÍTICA POPULAR 28

CONSIDERAÇÕES FINAIS 31



[http://](http://IDMJRACIAL.COM)  **IDMJRACIAL.COM**

nos quem somos quem somos quem

A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial – IDMJR é uma organização que atua com ações de enfrentamento à violência de Estado. Buscamos debater Segurança Pública a partir da centralidade do racismo. Pois, a estrutura racista do Estado define as diferentes faces do genocídio para populações negras de periferias, subúrbios e favelas.

Nossa atuação territorial se inicia na região da Baixada Fluminense – RJ, mas hoje se desenvolve em todo estado do Rio de Janeiro e visa a construção de políticas de segurança pública pautada na vida, na garantia do direito à memória para vítimas e familiares da violência de Estado com centralidade no enfrentamento ao racismo estrutural e reivindicação por justiça racial. A IDMJRacial é composta por uma equipe de diferentes campos dos saberes que produz contranarrativas sobre violência de Estado e da luta antirracista nas periferias.

Apresentação

A IDMJRacial entende como Incidência Política Popular um conjunto de ações e estratégias formuladas por organizações da sociedade civil e movimentos sociais com objetivo de constranger, monitorar e influenciar a formulação de políticas públicas, ações sociais ou processos políticos dentro ou fora das instituições do poder público.

Acreditamos que é de suma importância a participação de organizações e movimentos sociais nas distintas esferas do poder público como forma de acompanhamento e defesa dos direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Por isso, em 2024 a IDMJRacial fundou a **Rede Abolicionista - por uma Incidência Política Popular!** Para a construção de espaços que estimulem a atuação política de movimentos sociais e organizações sociais em articulação com instituições do legislativo estadual. Uma forma de expandir nossa atuação no monitoramento e *advocacy* do legislativo estadual para outros estados do Brasil, contando com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos e com a *expertise* do Projeto De Olho na Alerj*.

Buscamos acompanhar a produção legislativa estadual no campo de segurança pública e sistema prisional, bem como analisar e monitorar a execução orçamentária estadual, para estimular o debate de desinvestimento das polícias e das prisões e garantir o redirecionamento de verbas públicas para o financiamento de políticas sociais para a população.

Este dossiê é fruto da luta produzida em 05 estados do país : Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina. Além destes estados **também compartilhamos a experiência e Incidência Política Popular produzida pela IDMJRacial na Câmara de Deputados Federal em Brasília.**

*O Projeto de Olho na Alerj busca acompanhar, monitorar e sistematizar as ações e proposições legislativas no campo de Segurança Pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Alerj, dada a potencialização da política de militarização e milicialização nas favelas e periferias.

Apresentação

Neste segundo ano de atuação da **Rede Abolicionista - por uma Incidência Política Popular!** direcionamos nossas ações para o monitoramento da pauta orçamentária em 5 estados: Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina.

Neste dossiê, apresentamos o **perfil legislativo dos parlamentos estaduais**, uma análise das proposições legislativas sobre **inteligência artificial e policiamento**, o **orçamento público** das políticas segurança pública e sistema prisional e os resultados da **incidência política popular** em cinco estados.

Reiteramos que a incidência política no orçamento público é estratégico para a promoção de direitos sociais. Nosso objetivo é o desinvestimento no arsenal armamentista das polícias e redirecionar esse gasto público para políticas de assistência social, cultural, habitação e educação para favelas e periferias. Para nós, o desinvestimento das polícias é um importante dispositivo de controle da atuação policial e uma forma de impedir a adesão de novas tecnologias de produção de morte que apenas resultam na continuidade do genocídio e no encarceramento da população negra.

Mesmo com um período tão curto de atuação, podemos apontar boas práticas na realização do *advocacy* no Legislativo, e acima de tudo, celebrar boas vitórias. Em um campo tão árido de disputas, como o da segurança pública, devemos comemorar as ações que impedem violações de direitos humanos e também de aprofundamento da militarização.

Vem com a gente!



RESERVA



COMANDO



Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Perfil Legislativo

rio de janeiro são paulo_ espírito santo_ paran_ santa catarina

rio de janeiro

RIO

RIO

RIO

Alerj

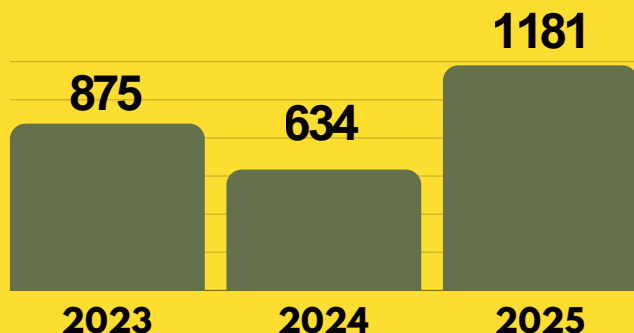
ESISTIR É PRECI

RIO RIO RIO RIO RIO RIO RIO RIO RIO

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro conta com 70 parlamentares que irão representar 16 milhões de pessoas que residem nos 92 municípios do estado. Em relação a produção legislativa da Alerj na área de segurança pública, de 2023 a 2025 foram protocolados **2.690 proposições legislativas desta temática**. Sendo que, 51% são projetos de lei e 27% indicações legislativas - que são bastante utilizadas para fortalecimento da base do governo na Alerj e sua atuação territorial, já que são de competência privativa do Poder Executivo ou Judiciário. Além do crescente aumento de protocolos de moções, que expressa o regozijo, congratulações, louvor, repúdio ou pesar dos parlamentares fluminenses que compõem 8% de toda a produção legislativa da casa.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam de militarização nas escolas, reestruturação do plano de carreira e aumento de benefícios sociais e gratificações para as polícias, a expansão de novas unidades de policiamentos entre os municípios, bem como, o aumento de arsenal bélico para as forças de segurança pública, maior financiamento para setores policiais, a implementação de novas tecnologias de controle e vigilância que resultam em aumento do encarceramento em massa e continuidade do genocídio do povo negro.

Em relação à autoria das matérias legislativas, o **Deputado Estadual Rosenverg Reis (MDB) foi o responsável pela maior parcela das proposições sobre segurança pública**, um total de 200 textos de lei. Em seguida, Índia Armelau (PL) com 134, Marcelo Dino (União) com 120, Rodrigo Amorim (PTB) com 109 e Thiago Gagliasso (PL) com 83 com matérias legislativas. Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 59% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: PL, União Brasil, MDB, PT e PSOL.

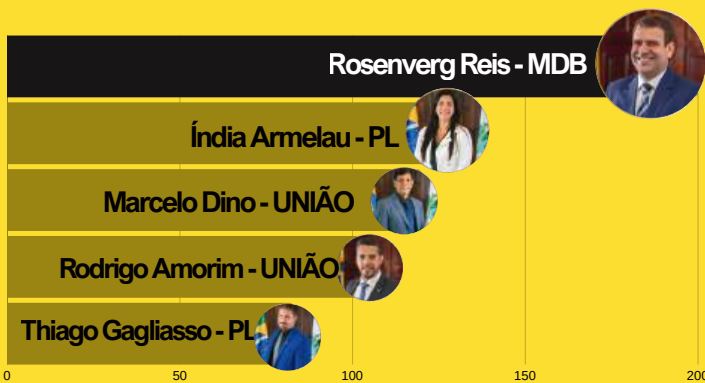


2690

proposições legislativas
sobre segurança pública



principais autores & partidos



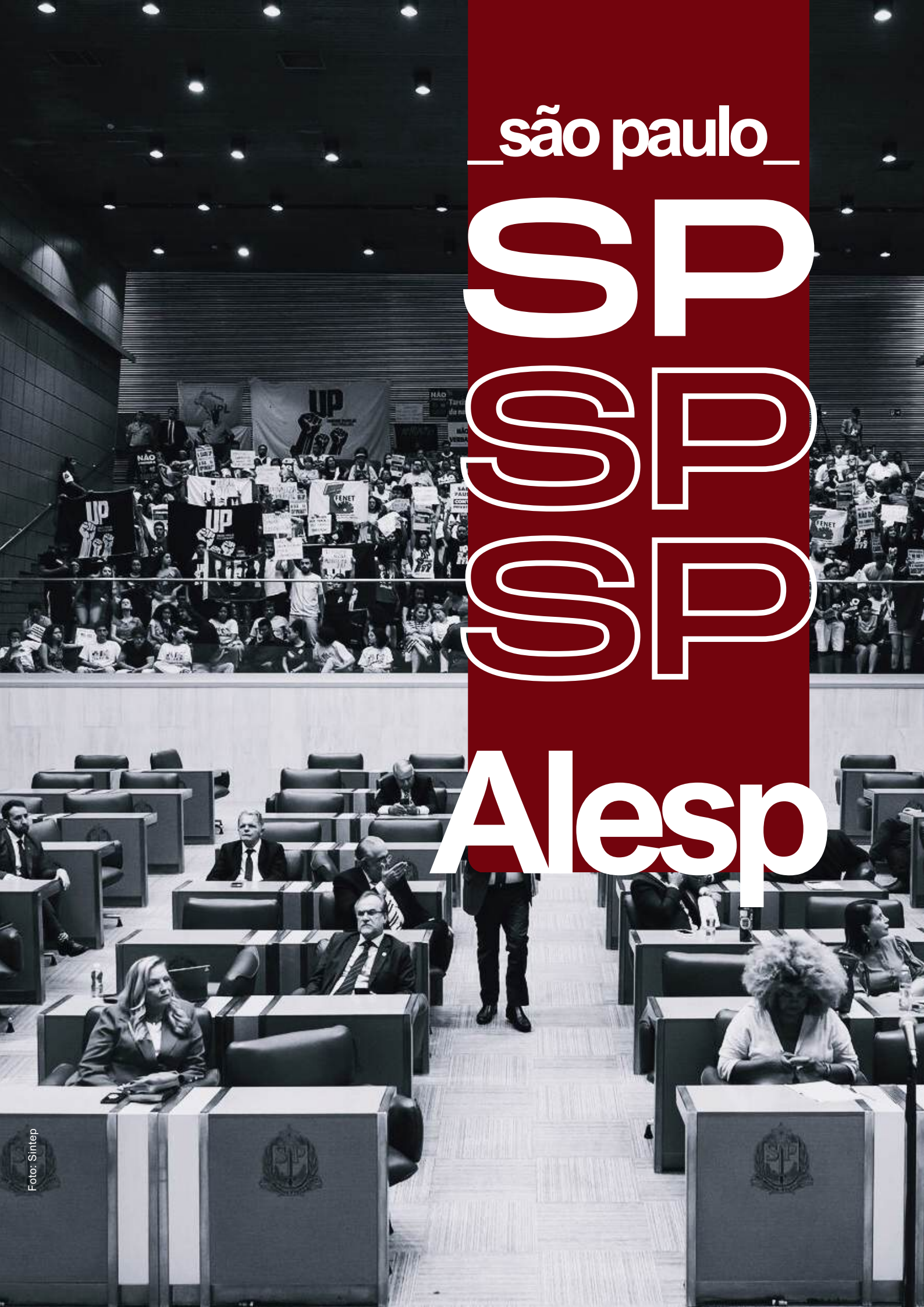
são paulo

SP

SP

SP

Alesp



A Assembleia Legislativa do Estado do São Paulo conta com 94 parlamentares para representar 43 milhões de pessoas que residem nos 645 municípios do estado.

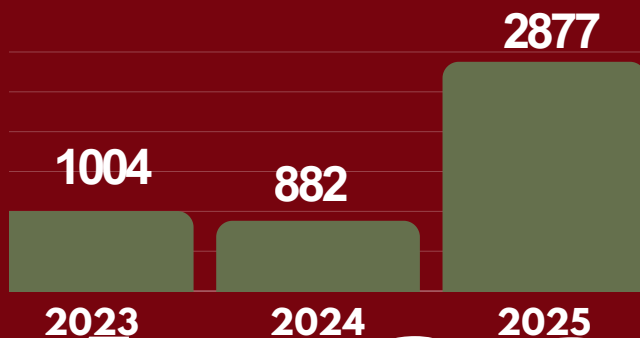
Em relação a produção legislativa da Alesp na área de segurança pública, de 2023 à 2025 foram protocolados 4.763 **proposições legislativas desta temática**. Sendo 14% projetos de lei e 62% indicações legislativas - que são bastante utilizadas para fortalecimento da base do governo na Alesp e sua atuação territorial, já que são de competência privativa do Poder Executivo ou Judiciário. Ademais, 20% de toda produção legislativa são requerimentos e requerimento de informações.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam de modernização e expansão do policiamento ostensivo, aumento de unidades policiais, maior financiamento para setores policiais, políticas de enfrentamento à violência de gênero e a implementação de novas tecnologias de controle e vigilância.

Em relação à autoria das matérias legislativas, o **Deputado Estadual Jorge Wilson - Xerife do Consumidor** foi o responsável pela maior parcela das **proposições sobre segurança pública**, um total de 698 textos de lei. Em seguida, Rogério Nogueira (PSDB) com 502, Leticia Aguiar (PL) com 387, Capitão Telhada (PP) com 380 e Caio França (PSB) com 303 matérias legislativas.

Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 75% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: PL, Republicanos, PSDB, PT e Progressistas.

SP SP SP
SP SP SP
SP SP SP



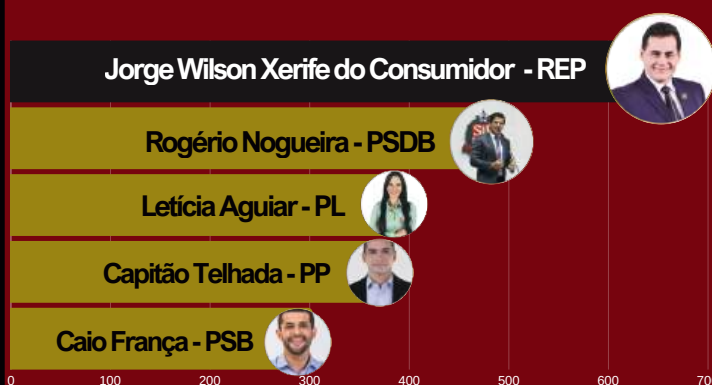
4763

proposições legislativas

sobre segurança pública



principais autores & partidos



espírito santo

ES EUS Ales

ESTAD
ASSIN
CONTRA O PRO
CEIRIZAÇÃO P
SINDICATO

A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo conta com 30 parlamentares para representar 4 milhões de pessoas que residem nos 78 municípios do estado.

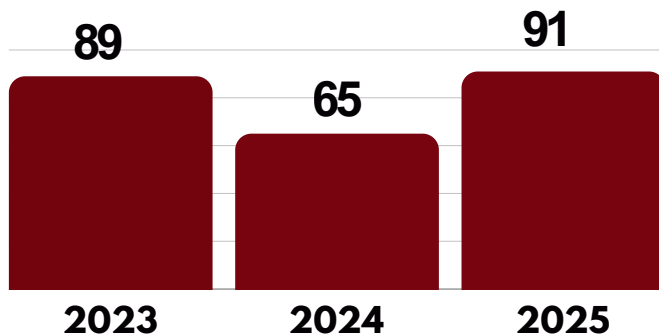
Em relação à produção legislativa da Ales na área de segurança pública, de 2023 a 2025 foram protocolados **245 proposições legislativas** desta temática. Sendo 9% projetos de lei e 25% indicações legislativas - que são bastante utilizadas para fortalecimento da base do governo na Ales. O mais impactante é a grande parcela de requerimentos de informações, cerca de 76% de toda a matéria legislativa da casa.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam da expansão do policiamento entre os municípios, polícias nas unidades escolares, assistência psicológica e traumática para agentes de segurança pública, aumento de repasse orçamentário para polícias e expansão de gratificações para as polícias.

Sobre a autoria das matérias legislativas, o **Deputado Estadual Coronel Weliton (PRD) foi o responsável pela maior parcela das proposições sobre segurança pública**, um total de 73 textos de lei. Em seguida, Capitão Assunção (PL) com 52, Delegado Danilo Bahiense (PL) E Lucas Polese (PL) com 17 e Dr. Bruno Resende (União) com 14 matérias legislativas.

Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 70% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: PL, PRD, União, Republicanos e PSOL.

ES ES ES
ES ES ES
ES ES ES



245

proposições legislativas

sobre segurança pública



principais autores & partidos



paraná

PR

PR

PR

Alep



A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná conta com 54 parlamentares para representar 11 milhões de pessoas que residem nos 399 municípios do estado.

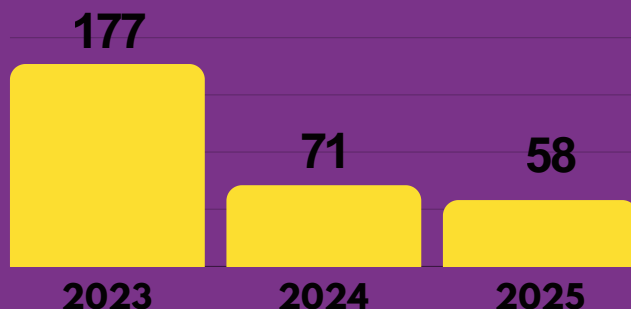
Em relação a produção legislativa da Alep na área de segurança pública, de 2023 a 2025 foram protocolados **306 proposições legislativas** desta temática. Sendo 24% projetos de lei e 74% de requerimentos de informações - que é todo pedido, verbal ou escrito, formulado sobre qualquer assunto, que implique decisão ou resposta. No entanto, em muitos casos, o requerimento é usado tanto como proposição de sugestão, como a indicação para outros órgãos como a esfera estadual, concessionárias de pedágio, entre outras instituições públicas e privadas, conforme o Regimento Interno da Alep.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam da expansão da infraestrutura policial, pedidos de informação, fiscalização, moções de apoio político-institucional, atuação policial em escolas, aumento de gratificações, remuneração e benefícios para as polícias e apoio à saúde mental dos agentes de segurança pública. Além de compra de drones, mais investimentos em monitoramentos tecnológicos e aumento do efetivo policial.

Em relação à autoria das matérias legislativas, o **Deputado Estadual Renato Freitas (PT) foi o responsável pela maior parcela das proposições sobre segurança pública**, um total de 19 textos de lei. Em seguida, Cobra Repórter (PSD) com 14, Batatinha (MDB) e Ricardo Arruda (União) com 12 matérias legislativas.

Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 78% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: União, PT, PSD, Progressistas e MDB.

PR PR PR
PR PR PR
PR PR PR



306

proposições legislativas
sobre segurança pública



principais autores & partidos





santacatarina

SC
SC
SC

Alesc

Foto: Tati Belling

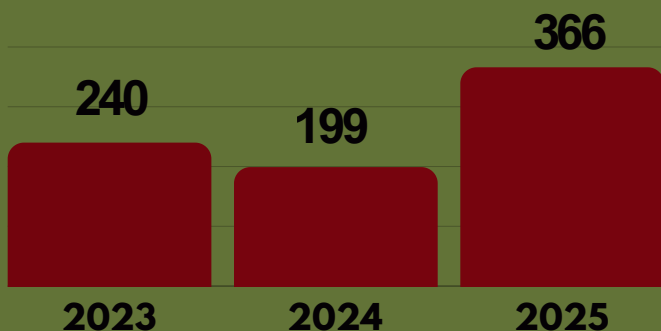
A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina conta com 40 parlamentares para representar 8,1 milhões de pessoas que residem nos 295 municípios do estado.

Em relação à produção legislativa da Alesc na área de segurança pública, de 2023 a 2025 foram protocolados 805 **proposições legislativas** desta temática. Sendo, 34% de indicações legislativas, 24% de projetos de lei e 12% em pedidos de informações.

A maior parcela das propostas legislativas sobre segurança pública tratam da expansão do policiamento, atos normativos, reforço no orçamento das polícias, atuação policial em escolas, aumento de gratificações, remuneração e benefícios para as polícias, apoio à saúde mental dos agentes de segurança pública e moções.

Sobre a autoria das matérias legislativas, a Alesc chama atenção pela intensa autoria do Poder Executivo na produção de mensagens e texto-lei com 71 propostas, maior que qualquer parlamentar da casa. Por conseguinte, **Deputado Estadual Sargento Lima (PL) foi o responsável pela maior parcela das proposições sobre segurança pública**, um total de 55 textos de lei. Em seguida, Marcius Machado (PL) com 43, Jessé Lopes (PL) e Paulinha (Podemos) com 42 e Marquito (PSOL) com 41 matérias legislativas.

Em relação ao comportamento dos Partidos Políticos, identificamos que apenas **5 partidos concentram cerca de 69% de toda a produção legislativa sobre segurança pública**, são eles: PL, Podemos, MDB, PSD e PSOL.



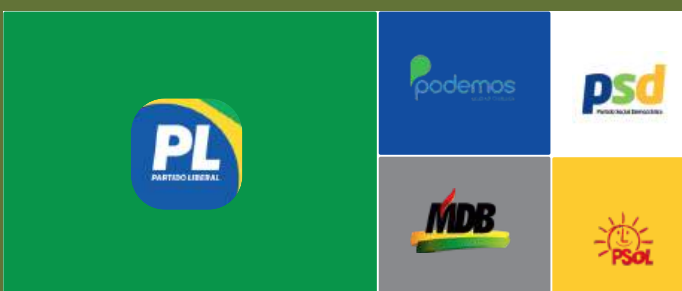
805

proposições legislativas

sobre segurança pública



principais autores & partidos





Produção Legislativa

usos da inteligência artificial

Inteligência Artificial

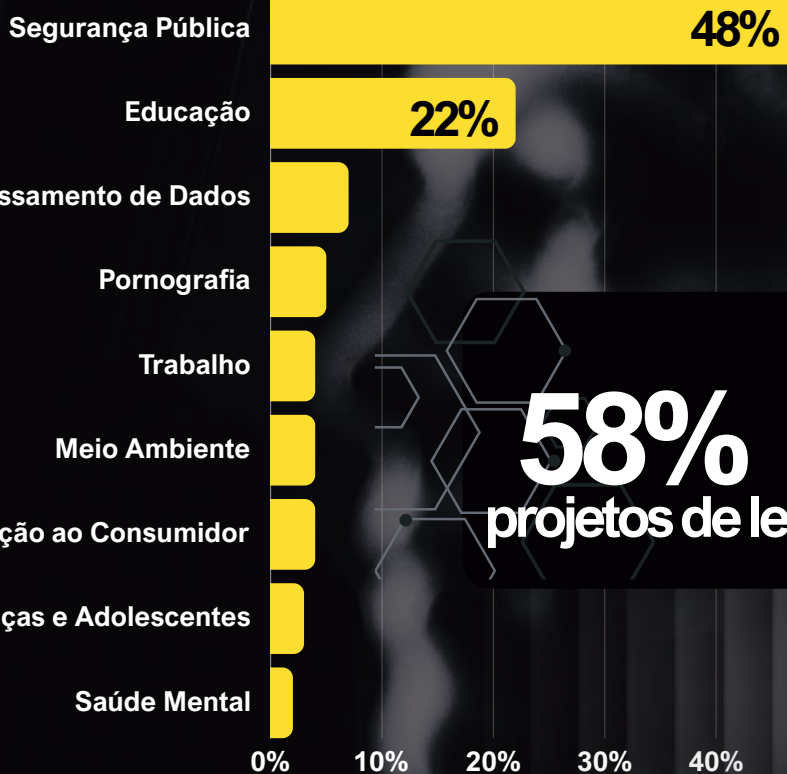
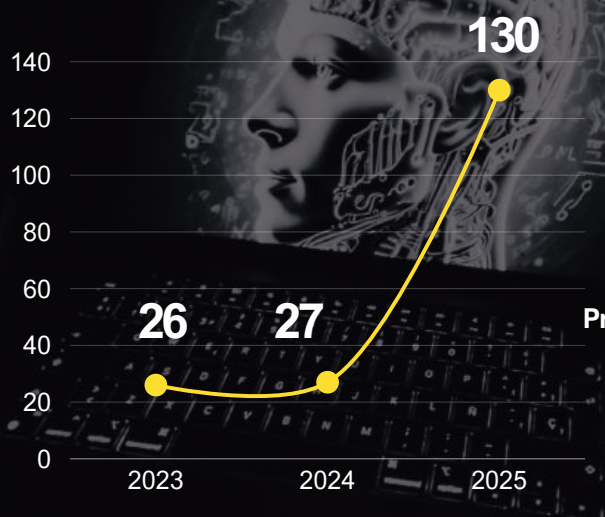
levantamento de proposições legislativas de 2023 à 2025

A partir do nosso monitoramento legislativo, conseguimos identificar uma série de matérias legislativas que estimulam o uso da inteligência artificial em políticas públicas, principalmente para a execução de policiamento ostensivo. Haja vista, assistimos ao avanço de políticas de videomonitoramento, reconhecimento facial e criação de bancos de dados para a criminalização de pessoas negras e pobres em especial. Nas 5 casas legislativas pesquisadas, identificamos a tramitação de 183 proposições legislativas sobre inteligência artificial - 58% formados por projetos de lei.

Ao observar as temáticas abordadas para os usos da inteligência artificial, não foi uma surpresa identificar que a maior parte das matérias legislativas eram na área de segurança pública, cerca de 48%. Entretanto, a segunda área mais estimulada aos usos da IA é no âmbito educacional, com criação de programas, incentivos e diretrizes para estudantes. Ademais, processamento de dados, capacitação tecnológica, governança digital, acessibilidade e transparência e controle também são bastantes recorrentes. Além de classificação etária, proibição de conteúdo sexual gerado por IA envolvendo menores e combate a deepfakes e deepnudes.

Entretanto, também identificamos um uso intenso de IA para análises para regulação ambientais e modernização no ambiente de trabalho, como proibição do uso de IA para magistrados e limites na utilização de processos judiciais e regulação SAC de atendimentos.

temáticas das proposições legislativas



proposições legislativas

183

inteligência artificial

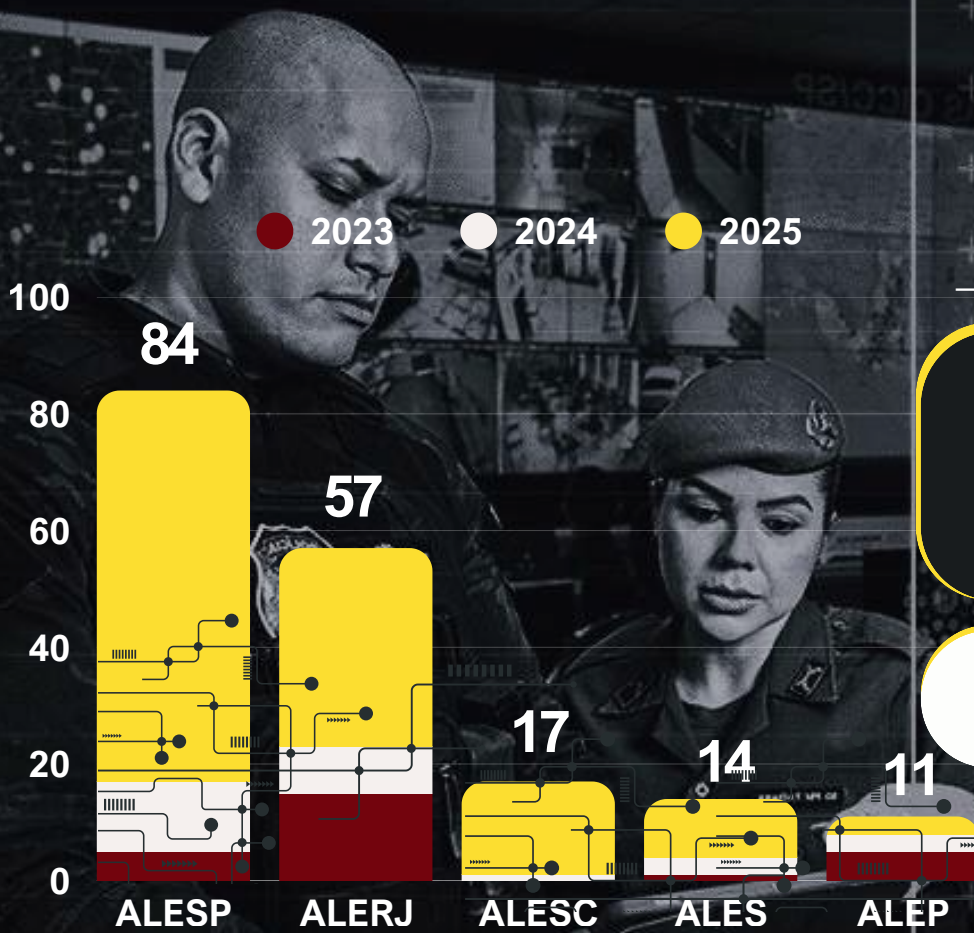
58%
projetos de lei

Em que 45% destas matérias legislativas foram criadas na Alesp, em sua maioria no âmbito do Programa Muralha Paulista. Apenas em 2025 foram protocoladas 130 matérias legislativas sobre IA nesses 5 estados. Em relação a autoria, o Deputado Estadual Rogério Nogueira (PSDB/SP) é o parlamentar que mais protocola medidas legislativas sobre IA, seguido de Jorge Felipe Neto (Avante/ES) e Denninho Silva (União/ES).

PSDB, União e PSD lideram a produção legislativa sobre IA. Os partidos de direita tem monopolizado a pauta sobre tecnologia e policiamento nas casas legislativas, inclusive como Presidentes das Comissões de Segurança Pública nos parlamentos estaduais, que incentivam políticas de videomonitoramento e reconhecimento facial no uso de policiamento ostensivo, ao mesmo tempo, que beneficiam interesses lucrativos de grandes empresas e a expansão do complexo industrial prisional.

Além de Inteligência artificial aplicada à segurança com monitoramento urbano (câmeras, drones, reconhecimento facial), Programas de vigilância (ex: Muralha Paulista), aquisição de drones para operações policiais, criação de centros de monitoramento, sistema integrado de reconhecimento facial, observatórios de segurança de cargas, instalação de totens de segurança blindados e com inteligência artificial e até mesmo a criação de fundos para financiar os usos de IA no âmbito da segurança pública.

O uso de novas tecnologias constitui, em última análise, uma ameaça ao próprio Estado Democrático de Direito pois invade o direito a privacidade dos cidadãos e cidadãs garantidos em marcos legais como a própria constituição brasileira. A própria Lei Geral de Proteção de Dados - a LGPD, no que se refere aos dados pessoais no Brasil, tem como fundamento a Constituição Federal, que determina a proteção da personalidade e reconhece o direito à privacidade, considerando inviolável a vida privada.



principais autores & partidos



Rogério Nogueira
(PSDB/SP)



Jorge Felipe Neto
(AVANTE/RJ)



Denninho Silva
(UNIÃO/ES)



rio de janeiro são paulo_ espírito santo_ paran _ santa catarina

Orçamento Público



Foto: JsB co. e Alerj

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

O ciclo orçamentário tem início com a elaboração do Plano Plurianual (PPA), em seguida a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e se encerra com o julgamento da última prestação de contas do Poder Executivo pelo Poder Legislativo.

O **Plano Plurianual** é o planejamento orçamentário de médio prazo do governo. O PPA estabelece qualitativamente e quantitativamente quais serão os investimentos da administração pública em cada área em que atua (Saúde, Educação, Transporte, Indústria, Assistência Social, entre outros). O plano define as estratégias, diretrizes e metas da administração para um período de quatro anos. O PPA é revisado, monitorado e aperfeiçoado anualmente para ser readequado à situação esperada no próximo ano.

As **Diretrizes Orçamentárias** definem as metas e prioridades do governo, ou seja, as obras e os serviços mais importantes a serem realizados no ano seguinte. A **LDO** estabelece as regras que deverão ser observadas na formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para atingir as metas previstas no PPA na execução das ações. É elaborada pelo Poder Executivo e discutida, vota da e aprovada pelo Legislativo.

Enquanto a **LOA** autoriza o Executivo a gastar os recursos arrecadados para manter a administração, pagar os credores e fazer investimentos. A LOA materializa as diretrizes do direcionamento de gastos e despesas do governo, indicando qual será o orçamento público disponível para o próximo ano. A quantidade e a qualidade dos gastos e investimentos indicam qual o nível de prioridade em investir naquela área para que o plano estratégico alcance os resultados esperados. A sociedade civil precisa acompanhar o ciclo orçamentário, como forma de fortalecimento democrático, participação cidadã e orientando as diretrizes orçamentárias para áreas primordiais da promoção de direitos sociais e econômicos. Afinal, em todos os estados avaliados a política de segurança pública recebe mais recursos públicos que várias políticas sociais somadas ao mesmo tempo, como educação, saúde, direito à cidade, entre outras.

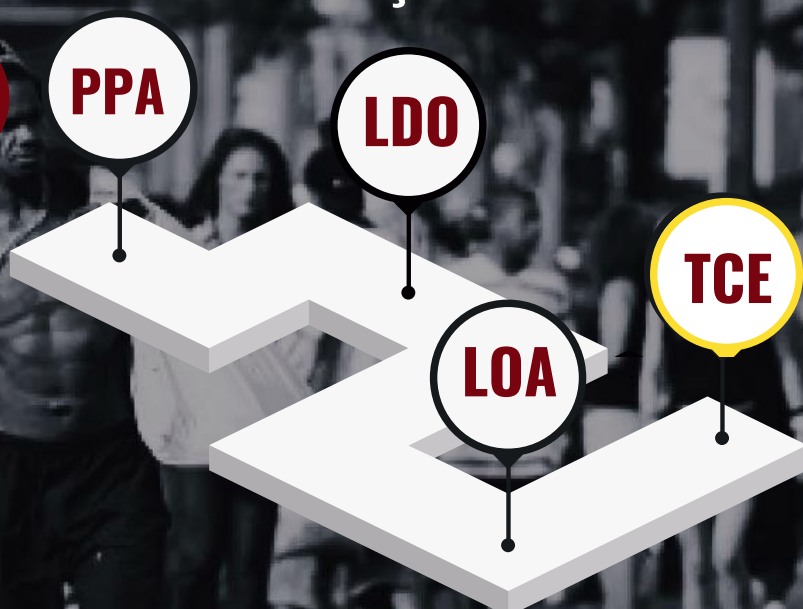
CICLO ORÇAMENTÁRIO

NOS ÚLTIMOS 30 ANOS, TODOS OS GOVERNADORES ELEITOS NO RJ FORAM PRESOS OU DESTITUÍDOS DO CARGO.

Impeachment do governador Wilson Witzel, por crime de responsabilidade.



Fonte: Infomoney

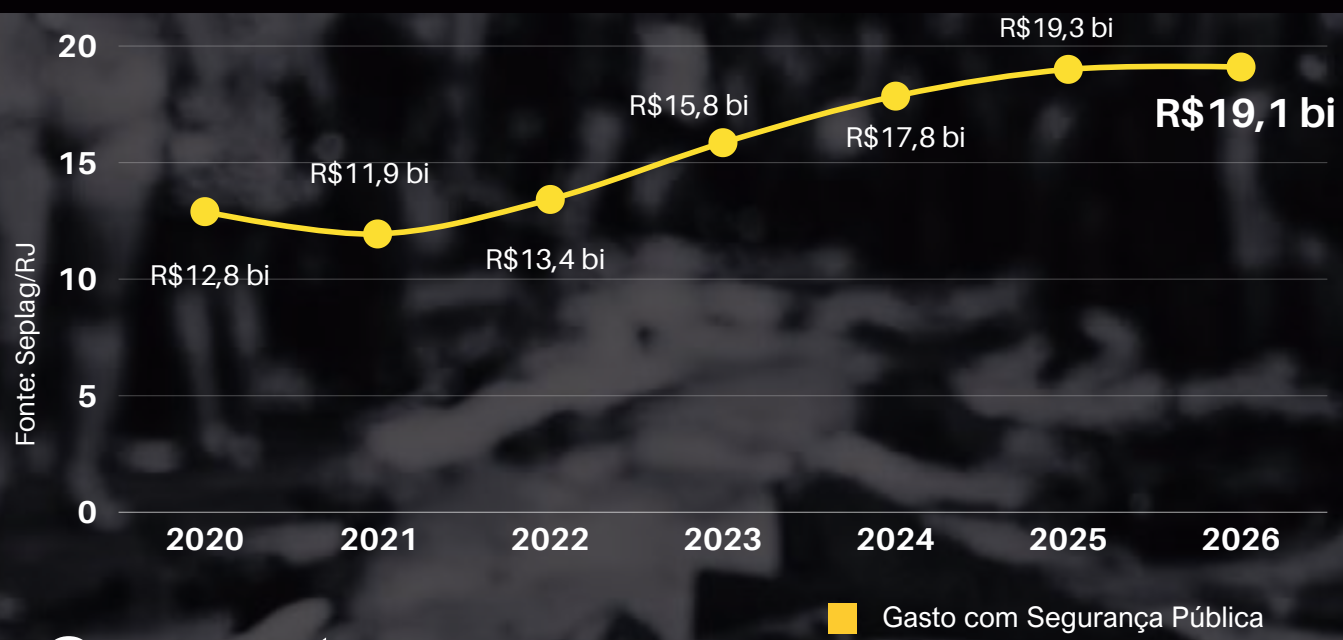


RIO RIO RIO

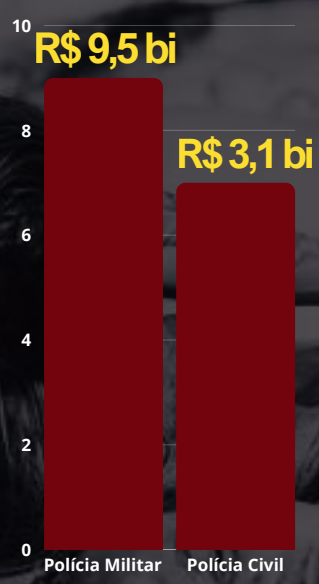
O Governo Estadual do Rio de Janeiro prevê o **gasto público de R\$19,1 bilhões para as polícias, sendo 82% exclusivamente para atividades de policiamento.**

A Polícia Militar conta com R\$9,5 bilhões para custear suas atividades e a Polícia Civil com R\$3,1 bilhões. Em relação ao sistema prisional, serão destinados R\$1,6 bilhões para a gestão do sistema prisional. Contudo, apenas R\$256 milhões para Alimentação e Nutrição - uma redução de 16% em relação ao ano anterior, R\$51 mil reais para a prestação de Assistência Hospitalar e Ambulatorial e o mesmo valor para oferta de serviços assistenciais para uma população prisional de 47 mil pessoas.

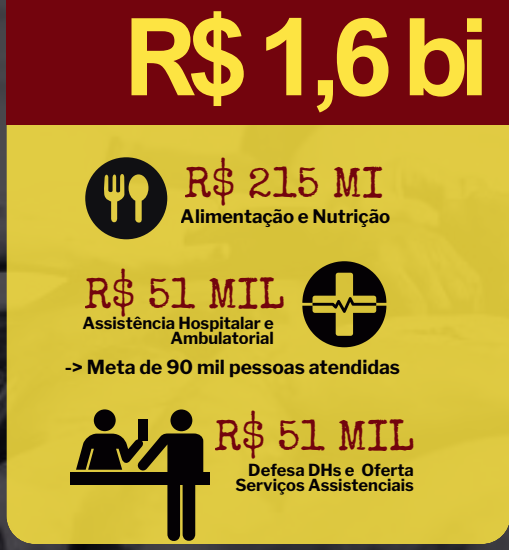
EVOLUÇÃO DO GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA PLOA/RJ 2020 -2026



Orçamento para as polícias



Prisional

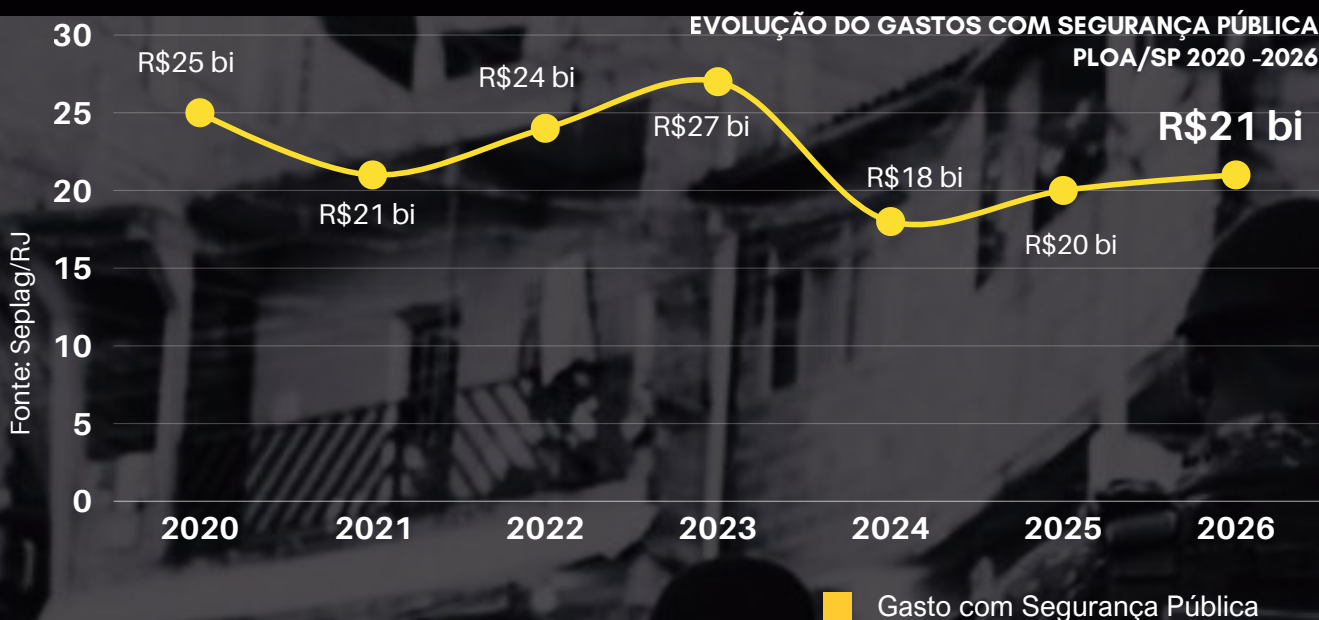


O Governo Estadual de São Paulo prevê o **gasto público de R\$21 bilhões para as polícias, sendo 92% exclusivamente para atividades de policiamento.**

A Polícia Militar conta com R\$12,7 bilhões para custear suas atividades e a Polícia Civil com R\$ 6,8 bilhões. Em relação ao sistema prisional, serão destinados R\$6,6 bilhões para a gestão do sistema prisional. Contudo, apenas R\$160 mil reais para a prestação de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para uma população prisional de 200 mil pessoas - o estado com o maior número de presos no Brasil.

Em relação a políticas de drogas, a previsão de gasto para 2025 é de R\$98 milhões - um aumento de 85% em relação ao ano anterior. Sendo 95% deste orçamento exclusivo para a prestação de serviços de comunidades terapêuticas, espaços religiosos e conservadores que usam a abstinência, o trabalho forçado, a tortura e a doutrinação religiosa como tratamento para uso abusivo de drogas.

SP SP SP



Orçamento para as polícias

R\$ 19,6 bi

92%
policiamento



Foto: Metrôpoles

Prisional

R\$ 6,6 bi

R\$ 160 MIL
Assistência Hospitalar e Ambulatorial



Drogas

R\$ 98 mi

95%
Comunidades Terapêuticas

ESSES

O Governo Estadual do Espírito Santo prevê o **gasto público de R\$2,9 bilhões para as polícias, sendo 16% exclusivamente para atividades de policiamento.**

A Polícia Militar conta com R\$1,3 bilhões para custear suas atividades e a Polícia Civil com R\$581 milhões, sendo direcionado apenas R\$ 100 milhões para polícia científica. Em relação a polícia penal, serão destinados R\$90 milhões para o aparato policial do sistema prisional. Contudo, apenas R\$930 mil serão direcionados para a ressocialização de privados de liberdade, para uma população prisional de 23 mil pessoas.

EVOLUÇÃO DO GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA PLOA/ES 2020 -2026



Orçamento para as polícias

R\$ 1,9 bi

R\$ 1,3 bi

1400

1200

1000

800

600

400

200

0

Polícia Militar

Polícia Civil

Polícia penal
R\$ 90 mi

R\$ 930 MIL
Ressocialização

Polícia científica
R\$ 100 mi

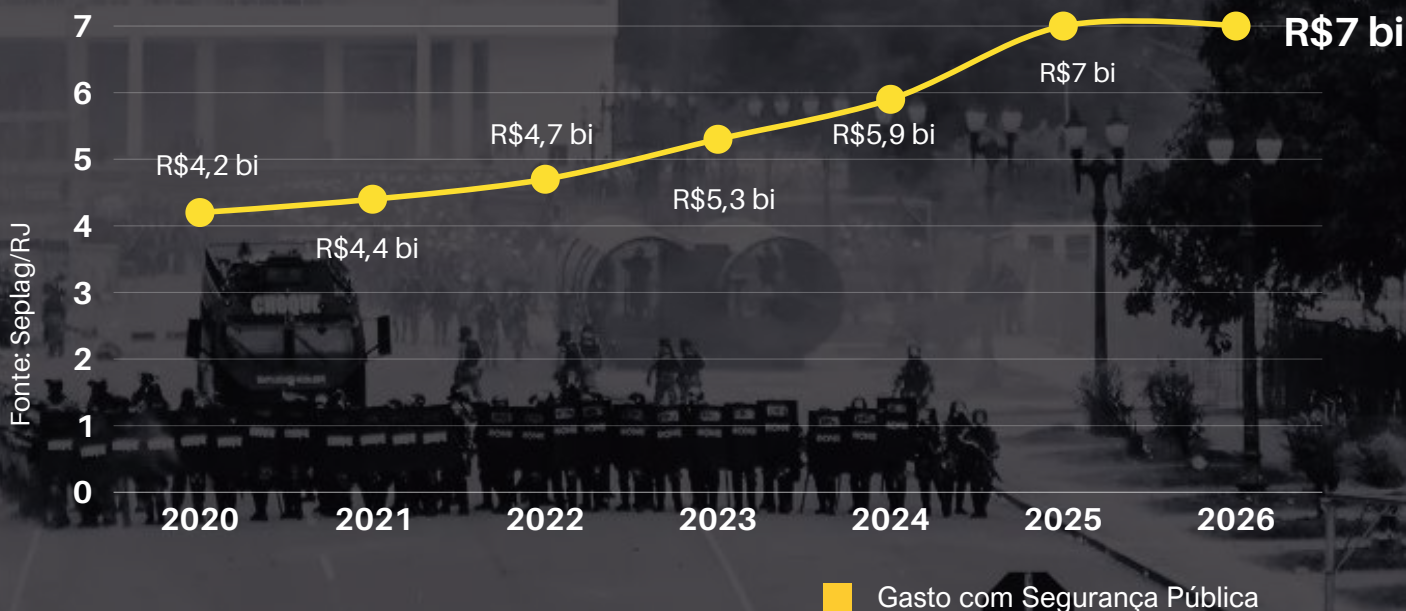
PR PR PR

O Governo Estadual do Paraná prevê o **gasto público de R\$7 bilhões para as polícias, sendo 56% exclusivamente para atividades de policiamento.**

A Polícia Militar conta com R\$ 2,5 bilhões para custear suas atividades, a Polícia Penal com R\$1,2 bilhões e a Polícia Civil com R\$900 milhões.

Em relação ao sistema prisional, serão destinados R\$1,2 bilhões para a gestão do sistema prisional. Para atuação da polícia científica foi destinado apenas R\$33 milhões.

EVOLUÇÃO DO GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA PLOA/PR 2020 -2026

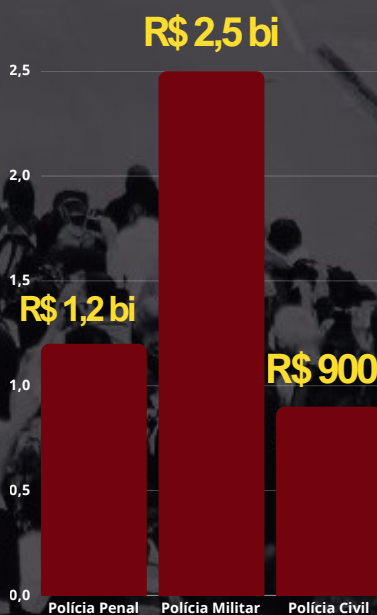


Orçamento para as polícias

R\$ 4,8 bi

56%

policiamento



Prisional

R\$ 1,2 bi

Polícia científica

R\$ 38 mi

SOC

SOC

SOC

O Governo Estadual de Santa Catarina prevê o **gasto público de R\$4,6 bilhões para as polícias, sendo 8% exclusivamente para atividades de policiamento.**

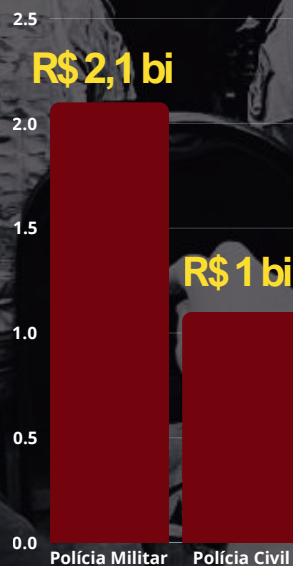
A Polícia Militar conta com R\$2,1 bilhões para custear suas atividades e a Polícia Civil com R\$1 bilhão. Em relação ao sistema prisional e socioeducativo, serão destinados R\$1,9 bilhões para gestão de adultos e adolescentes privados de liberdade. Sendo direcionado apenas R\$33 milhões para políticas de ressocialização. Em relação a perícia científica, apenas R\$366 milhões para custear instrumentos de elucidações de casos criminais.

EVOLUÇÃO DO GASTOS COM SEGURANÇA PÚBLICA PLOA/SC 2020 -2026



Orçamento para as polícias

R\$ 3,3 bi



Prisional e sociodecutiva

R\$ 1,9 bi

R\$ 33 MI
Ressocialização

Perícia científica

R\$ 366 mi



Foto: Lucas Maia / Brasil de Fato

Incidência Política Popular

Resultados

Podemos apontar boas práticas na realização do *advocacy* no Legislativo e acima de tudo, celebrar conquistas. Em um campo tão árido de disputas, com casas legislativas a cada dia mais militarizadas, devemos celebrar as ações que impedem e reduzem violações de direitos humanos e também de aprofundamento da militarização.

Em 2025, expandimos a formação de incidência política popular para **65 organizações e movimentos sociais do Brasil, e criação de um banco de dados de proposições legislativas sobre segurança pública e sistema prisional** para o Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo.

Ampliamos, a partir da atuação da Rede Abolicionista Por Uma Incidência Política Popular, uma parceria com a Frente Estadual pelo Desencarceramento de Santa Catarina e a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas /RENFA - Núcleo SC a partir do diálogo e ponte estabelecido com o LUPA - Laboratório de Políticas, Direitos, Conflitos e Antropologia/UFSC. Essa construção de pontes possibilitou a construção de um 1º diagnóstico orçamentário sobre as polícias e o sistema prisional.

Junto com Rede a a Frente Estadual pelo Desencarceramento/RJ, a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Espírito Santo, a Frente Estadual pelo Desencarceramento de Santa Catarina, a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas/RENFA- Núcleo SC, o Fórum Popular de Segurança Pública do RJ, a Rede Nenhuma Vida a Menos de Curitiba e Região Metropolitana e o Abolicionismo Periférico de SP consolidamos a Rede Abolicionista Por Uma Incidência Política Popular - incidindo com proposições de emendas aos orçamento público na área de segurança pública, prisional e política de drogas.

Deflagramos uma campanha de Mobilização Nacional pela Rede Abolicionista Por Uma Incidência Política Popular em parceria com a Rede Nacional de Mães e Familiares Vítimas do Terrorismo de Estado, conclamando movimentos de mães e familiares de vítimas do Terrorismo do Estado, organizações e movimentos sociais de todo o Brasil para promoverem: O ACORDA MP!, com objetivo de denunciar os Ministérios Públicos de todo o Brasil que historicamente não vem cumprindo seu papel constitucional de controle externo da atividade policial.

Por fim, em 2025, iniciamos pela IDMJRacial uma incidência no Congresso Federal com nossa Política de Desinvestimento das Polícias, que trata do remanejamento do orçamento de produção de morte das forças militares para políticas de produção de Vida.

Desinvestir das Polícias é Investir em Políticas Sociais!

Confira a seguir, um resumo dos pequenas vitórias conquistadas coletivamente com uma incidência política popular!

incidência
política
popular

RIO
RIO
RIO

Emendas Aprovadas na PLOA 2026: Expansão da rede de atendimentos CapsAD, Promoção de Igualdade Racial e Liberdade Religiosa, Proteção Social Especial à População de Rua e Operacionalização dos Programas de Proteção e Valorização da Vida, como PróVita, PPCAAM e PPDDH

R\$ 35
MILHÕES

RETIRADOS DA
POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

+ R\$ 1,25
MILHÕES
POLÍTICA DE DROGAS

Emenda Aprovada na PLOA 2026:
Fomento ao financiamento de Pesquisas e Associações de Cannabis Medicinal

SP
SP
SP

ES
ES
ES

Emenda Aprovada na PLOA 2026:
Ampliação de acesso a ações pedagógicas Política no Sistema Socioeducativo

+ R\$ 500 MIL
SOCIOEDUCATIVO

+ R\$ 6
MILHÕES
POLÍTICA SOCIAIS

Emendas Aprovadas na PLOA 2026 - Brasil:
Centros de Memórias a Vítimas da Violência do Estado e Reparações a Familiares Vítimas da Violência do Estado na Democracia e Ditadura, Programa Juventude Negra Viva e Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional – na Região Sudeste

DF
DF
DF

Considerações Finais

Acreditamos que o dispositivo de Incidência Política Popular, que congrega a articulação entre movimentos sociais e organizações sociais em parceria com gabinetes parlamentares pode propiciar o fortalecimento democrático através da participação social no controle e fiscalização do poder executivo e legislativo do Estado, além de propiciar que as pautas mais urgentes de territórios de favelas e periferias possam ser ouvidas e contempladas pelo poder público.

Por isso, um desafio institucional da IDMJRacial para 2026 é a expansão do nossa incidência política popular para outras regiões do país, visando construir formação política e *advocacy* para a sociedade civil que atue no debate de direitos humanos e segurança pública e que visa o desinvestimento das polícias e das prisões.



**TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
DE INCIDÊNCIA POLÍTICA POPULAR**



*“Quero ser apenas um entre os milhões de brasileiros que resistem”
(Carlos Marighella)*

NÃO É OPERAÇÃO POLICIAL
É MASSACRE!



DMJRACIAL.COM

f **ig** **#** **@IDMJRACIAL**

Meu sonho?
É estudar, ter uma casa, uma família
Se eu fosse mágico?
Não existia droga, nem fome e nem polícia.
(Mágico de Oz - Racionais Mc's)